



**Ministério do Meio Ambiente**  
**Secretaria de Biodiversidade e Florestas**  
**Departamento de Áreas Protegidas**  
**Programa Áreas Protegidas da Amazônia – Arpa**

**Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Comitê do Programa Arpa 2015**

Manaus, 20 de maio de 2015.

1. No dia 20 de maio de 2015, foi realizada a 1ª reunião extraordinária de 2015 do **Comitê do Programa Arpa** (CP). A reunião teve por objetivo apresentar e discutir os seguintes temas:

- Gestão das UCs estaduais do Amazonas;
- Visão do Comitê do Fundo de Transição e demandas de avanço do Programa;
- Informes e encaminhamentos da reunião anterior;
- Solicitação de complementação de teto para o subcomponente 4.1;
- Proposta de alteração do fluxo de solicitações no MOP (regra dos 15%);
- Apresentação de proposta de Protocolo de monitoramento da biodiversidade;
- Deliberação sobre as propostas de adesão de UCs ao Programa;
- Situação dos processos de criação apoiados pelo Arpa.

2. Os presentes à reunião foram: Antonio Ademir Stroski, Luis Henrique Piva, Luis Antonio Menezes (Secretaria de Meio Ambiente AM), Juan Carlos Rueda (CNS), Maria Josylene Abreu (WWF-Brasil), Antonio Paulo Sodré (CFT Arpa); Sergio Carvalho (SBF/MMA), Maria Aparecida Lopes (SOS Amazônia), Fabiano Silva (FVA), Antonio Sena, Katia Ribeiro Torres, Maressa Girão (ICMBio), Marialva Araújo, Nilza Nakahara (FEMARH RR), Eliani Fachim (SEMA MT), Neide (GTA); Victor Salviati (Fundação Amazonas Sustentável); Avecita Chicchon (Fundação Moore); Gilmar Souza, Bosco (SEMA AM); Rosa Lemos, Ilana Boetger, Manoel Serrão (Funbio), Thiago Gil, Renata Gatti, Marco Bueno (UCP Arpa).

3. A lista de presença está anexa a esta ata (**Anexo 1**).

4. O Sr. Sergio Carvalho abriu a reunião agradecendo a presença de todos e destacando a importância do CP como órgão de decisão máxima do Programa Arpa e dos seus demais órgãos colegiados.

5. A Sra. Neide sugeriu como ponto adicional de pauta a discussão sobre a situação atual das UCs apoiadas pelo Arpa. Também sugeriu que quaisquer **documentos relacionados a pauta sejam enviados com antecedência** aos membros do CP.

6. O Sr. Antonio Stroski apresentou a situação atual da Secretaria de Meio Ambiente, destacando

as mudanças na nova gestão das UCs do estado do Amazonas.

7. O Sr. Luis Henrique Piva (SEMA AM) apresentou a nova estrutura da SEMA AM, antes denominada SDS, com a criação de um departamento de administração e finanças (DEFIN), além do DEMUC (Departamento de Mudanças Climáticas e gestão de UC) e do DEGAT (Departamento de Gestão Territorial). Todos os departamentos estão sob a SEAGA (Secretaria Executiva Adjunta de Gestão Ambiental), que se encontra hierarquicamente sob a SECEX (Secretaria Executiva).

8. O Sr. Luis Piva destacou que a reestruturação da Secretaria não provocou descontinuidade de ações, especialmente em relação ao Programa Arpa. Atualmente, 18.808.342 de hectares são cobertos pelas UCS estaduais do AM (crescimento de 157% desde 2002), e foram executados R\$ 3.176.000 aproximadamente (26% do POA 14/15) pelas UCs estaduais do Amazonas apoiadas pelo Arpa.

9. O Sr. Luis Piva informou que a SEMA está elaborando minuta da Lei de Serviços Ambientais com foco em UCs, além da renovação do TCT com a FAS para a execução do Programa Bolsa Floresta (mais de 9 mil famílias contempladas). Informou que a regularização fundiária nas UCs incluiu 15 CDRUs coletivos em 15 UCs, contemplando mais de 8 mil famílias.

10. A SEMA tem investido e obtido resultados na promoção e facilitação de projetos de pesquisa visando ampliar o conhecimento aplicado a gestão do CEUC (PPUC), além do avanço do ProBUC também. O Sr. Luis Piva informou que 481 AAV (Agentes Ambientais Voluntários) foram formados, atuando em 30 UCs e que R\$ 14 milhões beneficiando 6 mil famílias foram gerados com atividades produtivas sustentáveis em 21 UCs. Também informou que 72 reuniões de conselhos de UCs foram realizadas em 2014, com 1500 participantes (25 Conselhos de 42 UCs).

a. O Sr. Sergio Carvalho destacou que a Fase III possui instrumentos para monitorar o cumprimento, pelos OGs, das metas estabelecidas nos Planos de Consolidação (por exemplo, número de funcionários), sob pena de adiar desembolsos de recursos para investimentos nas UCs. **Foi solicitado a cada um dos Órgãos Gestores que apresente o seu Plano de Consolidação, com a situação dos Marcos Referenciais hoje e o caminho a ser percorrido para o alcance das metas até 2019.**

11. O Sr. Antonio Stroski informou que uma das metas em 2016 é a realização de concurso público para contratação de servidores para a SEMA. O Sr. Luis Piva complementou informando que deve ser celebrado ACT para a alocação de 14 gestores para UCs sem gestores atualmente.

12. A Sra. Ivaneide Cardozo (GTA) ponderou que a apresentação foi muito resumida, e **solicitou a disponibilização de informações mais detalhadas sobre o status das diversas UCs do Programa. Sugeriu ainda a assinatura de carta de compromisso por parte dos governos estaduais em relação às UCs do ARPA.**

13. O Sr. Paulo Sodré manifestou-se favorável a assinatura de carta de compromisso ante as obrigações para com o Programa, e mais especificamente, o Fundo de Transição.

14. A Sra. Maria Aparecida Lopes (SOS) ponderou que a assinatura do ACT é algo que todos os governos devem obrigatoriamente fazer, e que uma carta de compromisso seria uma manifestação de interesse e vontade política para com o Programa.

15. O Sr. Fabiano da Silva (FVA) afirmou ser importante definir estratégias alternativas de modo a evitar perdas decorrentes de desarranjos políticos.

16. A Sra. Eliani Fachim (SEMA/MT) argumentou que a assinatura por parte dos Governadores é ato político, por pressão das áreas técnicas inclusive. No entanto, entende que o Plano de Consolidação e a Carta de Compromisso devem ser cobrados também, pois os Governos estão desenhando seus PPAs, uma oportunidade para inserir as necessidades relativas a gestão de UCs, por exemplo, realização de concurso.
17. O Sr. Sergio Carvalho informou que, em nível federal, tentou-se articulação e compromisso com o Ministério da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, porém o diálogo com os Estados é mais complexo. Reconheceu que a saúde fiscal e orçamentária da União está péssima, mas conseguiu-se garantir 450 vagas para concurso do ICMBio. Afirmou que o Comitê do Programa deve funcionar de maneira mais orgânica de modo a pautar esse tipo de demanda, preocupando-se em preparar-se para conversar com outros setores que não tem background ambiental.
18. O Sr. Manoel Serrão (Funbio) afirmou que a canalização das demandas por meio do Comitê do Programa permite maior incorporação pelo governo da realidade do Programa, e auxilia a pautar as ações.
19. O Sr. Paulo Sodré apresentou aos presentes uma visão do Comitê do Fundo de Transição sobre a execução do Programa, bem como demandas para avanço em relação ao acordado para a Fase III. Destacou que o objetivo do Fundo de Transição é criar um sistema que possa se estabelecer ao longo prazo, por meio de uma transição da dependência de recursos externo para suficiência de recursos orçamentários, sendo ambicioso no que se propõe, e que pode trazer resultados significativos para toda a sociedade.
20. Salientou ainda que o CFT não tem condição de alocar recursos sem o atendimento de algumas das Condições de Desembolso, e que todos ficarão bastante tristes de cortar o desembolso na hipótese de não cumprimento dessas condições. Tratou ainda dos Marcos Referenciais de monitoramento da biodiversidade e plano de manejo, com atingimento ínfimos, mas que são justamente o objetivo principal do Programa.
21. A Sra. Avecita Chicchon (CFT) afirmou que deve-se fortalecer o CP. Neste sentido o Sr. Sergio Carvalho destacou que o histórico de atuação do CP não demonstra posição firme para podar questões que extrapolam o bom senso; o Programa nunca controlou isso, e agora vem construindo um processo para aumentar a capacidade de indução.
22. A Sra. Ivaneide Cardozo afirmou que o CP não recebe informações suficientes da UCP/MMA, e portanto não tem como monitorar ou apresentar demandas mais qualificadas.
23. O Sr. Fabiano da Silva perguntou sobre a recontração e execução do objeto, do Plano de Manejo da UC Piagaçu Purus, uma vez que, por um lado, a UC está sendo prejudicada pela falta deste documento e, por outro, que a organização selecionada não efetuou o serviço e tão pouco entregou o produto contratado. Luís Piva afirmou que não foi entregue o objeto, o que ensejou a rescisão do Contrato, e reabertura do processo para contratação de outro prestador.
24. O Sr. Sergio Carvalho informou ainda que a UCP e o Funbio estão estudando formas de **facilitar para os membros do CP o acesso de informações da execução financeira dos POAs das UCs.**
25. A Sra. M<sup>a</sup> Aparecida Lopes afirmou que o histórico de desarticulação do Programa precisa ser

superado, de maneira a empoderar o CP. **O Sr. Sergio Carvalho solicitou aos demais membros que se apropriassem das regras definidas por meio do MOP e comecem a pautar as obrigações das demais instâncias e parceiros do Programa.**

26. A Sra. Ivaneide Cardozo afirmou que o único jeito para forçar gestão é cortar recursos de quem não executa. O Sr. Juan Rueda colocou que ICMBio não tem estrutura e hierarquia que facilitem a gestão, dependendo assim muito da pessoa que está à frente da Unidade.

27. O Sr. Manoel Serrão (Funbio) sugeriu que não se direcionasse a energia do CP para um espaço punitivo, pois há grande potencial para uso casado de mecanismos de controle junto com ferramentas do Programa para que os parceiros cumpram suas obrigações. Citou o exemplo da Fundação Moore, que disponibiliza recursos para o fortalecimento institucional dos Estados, bem como o Funbio, que está revendo seus procedimentos internos com vistas a redução de prazos e ganhos de execução.

28. O Sr. Paulo Sodré externou sua preocupação pessoal de como mudar a participação da sociedade civil, e incitou aos presentes a refletir sobre o que pode ser feito diferente a partir de amanhã, no escritório.

29. O Sr. Juan Rueda destacou a importância de **aproveitar a capilaridade das organizações da sociedade civil nos estados para melhor monitorar a execução do Programa Arpa na ponta.** Nesta linha, o Sr. Fabiano da Silva destacou a importância do trabalho destas organizações que muitas vezes (i) trazem recursos de outros parceiros para viabilizar uma série de ações nas UCs e que (ii) possuem equipes maiores que do próprio OG. Reconheceu ainda o empenho da atual gestão de colocar o Arpa novamente nos trilhos.

30. O Sr. Paulo Sodré sugeriu a indicação de representante da Soc. Civil para acompanhar encaminhamentos das reuniões do CP.

31. A Sra. Ivaneide Cardozo reforçou a necessidade dos **pontos focais do Arpa dialogarem de forma mais regular e consistente com as organizações da sociedade civil** que atuam no Programa em âmbito local no sentido de melhorar o monitoramento das ações nas UCs.

32. A Sra. Rosa Lemos (Funbio) argumentou que falta pessoa dedicada para a gestão da rede (CP), com mandato específico para coletar e enviar informações. Sugeriu que haja uma melhor **gestão da comunicação** que seja de interesse do Comitê do Programa. Uma forma seria a UCP destacar uma pessoa que fizesse este trabalho, preferencialmente de forma dedicada.

33. O Sr. Sergio Carvalho destacou que o Comitê do Programa tem a autonomia para deliberar recomendação neste sentido, e solicitou aos Pontos Focais presentes que se manifestassem a respeito.

34. O Sr. Antonio Stroski assumiu compromisso de interlocução com a sociedade civil, destacando o lançamento, em breve, de informações de execução no portal estadual de transparência. O Sr. Gilmar Souza (Ponto Focal / AM) afirmou que a construção com os parceiros não se resume ao Programa Arpa, destacando que os parceiros são continuamente convidados a participar, que as contratações do Arpa são públicas e franqueiam oportunidade a todos concorrerem.

35. O Sr. Antonio Sena (Ponto Focal / ICMBio) destacou que há publicação dos processos de contratação no site do Funbio, e se isso não for suficiente podem ser discutidas novas formas de divulgação. Citou Nota Técnica da Coordenação de Projetos Especiais, DIMAN/ICMBio, que

recomenda que a execução seja feita preferencialmente com os parceiros das UCs. Em relação aos graus, as metas para os MRs impactam na disponibilização dos recursos, e muitas vezes as informações reportadas pelas UCs são manipuladas para permitir o recebimento de maior aporte de recursos. No entanto, é possível coletar novas informações com os Conselheiros da UCs: é preciso criar esse instrumento de monitoramento.

36. A Sra. Eliani Fachim afirmou que nos últimos anos as portas se fecharam pra sociedade civil em MT, e que agora, com a mudança de governo, é possível retomar mais uma vez o trabalho com os parceiros históricos. Afirmou ainda que no MT há muito poucas OSCIPS e ONGs que trabalham com UCs.

37. A Sra. Marialva Araújo (FEMARH-RR) afirmou que o Estado de Roraima não participa ainda do Programa com UCs Estaduais, representando ali a ABEMA, mas já apresentou proposta de apoio a processo para criação de UCs, por meio da recategorização de UCs existentes.

38. O Sr. Manoel Serrão sugeriu **que o Funbio preste apoio a UCP como gestor da informação** a ser disponibilizada para a sociedade civil e demais membros do Comitê do Programa. A este respeito, o Sr. Sergio Carvalho agradeceu a oferta, declinando, porém, por tratar-se de competência inerente a atuação da Unidade de Coordenação do Programa junto ao MMA.

39. O Sr. Gilmar Souza registrou que as diversas instancias do Programa passam por dilemas semelhantes, como a falta de pessoal, não só nos Estados, mas também na UCP/MMA.

40. A Sra. Maria Aparecida Lopes sugeriu que **o Comitê do Programa encaminhe ao Ministério do Meio Ambiente uma moção de apoio ao aumento urgente da equipe técnica da UCP**, sendo apoiada pela Sra. Ivaneide Cardozo.

41. O Sr. Fabiano da Silva **solicitou participação da sociedade civil e organizações sociais no processo de gestão de UCs pelo Estado do Amazonas**, fazendo referência a proposta de Lei que está sendo discutida para a gestão de UCs.

42. O Sr. Juan Rueda (CNS) sugeriu que **a UCP/MMA analise parecer da CNS sobre a gestão de UCs**, sendo solicitado pelo Sr. Sergio Carvalho o encaminhamento do documento a unidade para conhecimento e análise.

43. Em sequência, passou-se a apresentação de informes sobre as atividades do Programa realizadas desde a última reunião do CP.

44. A Sra. Ilana Oliveira informou que o Funbio está testando no Sistema Cérebro os novos valores de diárias definidos pelo Comitê do Programa para o Arpa e que **em junho de 2015 o sistema deverá estar operacional**.

45. O Sr. Thiago Barros informou que Planos de Manejo planejados mas não solicitados somam R\$ 2,2 milhões; obras planejadas mas não solicitadas somam R\$ 3,4 milhões.

46. O Sr. Antônio Sena informou que os TDRs de Plano de Manejo necessariamente tem que passar pelas Coordenações Regionais e pela Coordenação de Plano de Manejo na sede, posteriormente são encaminhados para o Funbio. Além disso, sugeriu que a sociedade civil, ao encontrar entraves relacionados aos planos de manejo, comuniquem os Pontos Focais interessados, para que sejam estudadas soluções do modo a tornar o processo mais célere.

47. O Sr. Fabiano Lopez sugeriu que **as organizações da sociedade civil parceiras do Arpa participem das oficinas de planejamento dos POAs das UCs e da própria execução dos POAs** para dirimir algumas dificuldades observadas na execução. Também sugeriu que seja feito um **estudo independente sobre a efetividade de gestão das UCs apoiadas pelo Arpa, com o apoio da sociedade civil.**

48. O Sr. Sergio Carvalho informou que está previsto no MOP III, sendo possível o CP deliberar para fazer essa auditoria interna. Destacou que a capacidade de execução é limitada pelos gestores na ponta, sendo necessário também reforçar a capacitação dos gestores.

49. A Sra. Maressa Amaral (CR2 ICMBio) afirmou ser **importante informar aos PFs qual o problema em cada UC, se o problema é o gestor, a Coordenação Regional ou a Sede.**

O Sr. Fabiano da Silva afirmou que **os parceiros deveriam ter Termo de Cooperação Técnica com o ICMBio ou Funbio**, porém restringiria muito a atuação. Se pessoal é um gargalo, o Programa não pode depender de uma única alternativa, sendo a cogestão de UCs uma das opções possíveis.

50. O Sr. Sergio Carvalho afirmou ser **necessário identificar mecanismos para evitar desvio de demandas externas para dentro do POA do Arpa na hipótese de cogestão.**

51. O Sr. Gilmar Souza apoiou a colocação da FVA, e indagou se os parceiros poderiam operar Cérebro, ao que o Sr. Sergio Carvalho informou que apenas Pontos Focais e Gestores são responsáveis pela operação do Sistema. Sugeriu que a cogestão, caso empregada, se dê como cooperação técnica apenas.

52. A Sra. Kátia Ribeiro (Dibio/ICMBio) destacou a questão de timing. Se as instituições são parceiras, é natural que elas planejem o trabalho junto. **A discussão, portanto, deveria acontecer ao longo do ano, e não apenas nos dias que antecedem as oficinas de planejamento.** São muitos parceiros, não dá pra chamar todo mundo.

53. **Os membros do CP solicitaram o envio de informações detalhadas a este respeito das dificuldades para execução de Planos de Manejo e Obras de Infraestrutura para poder aprofundar a análise.**

54. O Comitê do Programa **deliberou para o lançamento de um edital convocando 3 novos integrantes para o Painel Científico de Aconselhamento, por meio da** apresentação de currículos a serem selecionados pelo Comitê. As vagas a serem preenchidas são relativas às temáticas de Mudanças Climáticas, Socioambiental, e Efetividade de Gestão.

55. O Sr. Thiago Barros informou que as contas vinculadas continuarão sendo abertas no Rio de Janeiro, uma vez que nenhum gestor do sistema federal informou problemas ao ICMBio quanto a operação local da conta.

56. O Sr. Thiago Barros informou sobre o status de execução dos processos de criação, com destaque para as 05 áreas em estágio avançado de estudo e consulta pública ao sul do Estado do Amazonas.

57. O Sr. Thiago Barros informou sobre a execução da iniciativa de gestão integrada na BR 163, que já executou R\$ 85.314 até 31/3/2015, e destacou que o grupo de UCs do Baixo Rio Negro não apresentou a proposta anteriormente sinalizada.

58. O Sr. Thiago Barros informou que 6 dos 23 planos de ação comunitários (Subcomponente 2.3) manifestaram interesse em doar os bens adquiridos no âmbito do plano para entidades parceiras locais. Somente 3 delas, porém, enviaram a documentação necessária. Destacou ainda que **Funbio fará análise quanto a incidência de impostos em cada caso.**

59. O Sr. Thiago Barros informou que **os Pontos Focais se manifestaram contra o uso do cartão vinculado (em substituição a conta vinculada) devido a limitações operacionais.**

60. O Sr. Thiago Barros informou que **as datas tentativas para realizar um reunião conjunta entre o Comitê do Programa e o Comitê do Fundo de Transição são 28 e 29 de outubro de 2015.**

61. A Sra. Ilana Oliveira apresentou **os impactos da nova legislação eSocial do governo federal (a ser implantada até 2017) sobre a execução do Programa Arpa.** Considerando a necessidade de cadastro completo de todos os prestadores de serviço, as dificuldades dos gestores para a obtenção de documentos dos prestadores (levando a cadastros incompletos no novo sistema), as dificuldades enfrentadas pelos gestores no momento das prestações de contas (levando a atrasos na declaração dos pagamentos realizados), bem como a restrição de doadores ao pagamento de multas, os contratos regionais (combustível, alimentação e embarcação) seriam uma alternativa a conta vinculada para a contratação de mateiros e cozinheiras, **desde que organizados sob um CNPJ (empresa, associação ou cooperação).**

62. O Sr. Thiago Barros apresentou a proposta de elevação do teto do Subcomponente 4.1 (Coordenação do Programa) em R\$ 330.050 para (i) cobrir os custos do encontro de gestores no Congresso Brasileiro de UCs (CBUC) e (ii) contratar consultoria para mapeamento de processos, identificação de pontos críticos e proposição de alternativas de melhorias na execução, planejamento e monitoramento do Programa. **A proposta foi aprovado pelos membros do Comitê, com exceção do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), que se absteve.**

63. O Sr. Thiago Barros propôs ao Comitê alteração do MOP de modo a incorporar a chamada regra dos 15% no MOP, que flexibiliza a aprovação de solicitações com pequena variação de preço quanto ao previsto inicialmente no POA. **Foi aprovado o texto sugerido, de maneira que à página 78 do Manual Operacional do Programa Arpa - Fase II, onde se lê:**

*Em todos os fluxos descritos acima, durante o processo de avaliação do Funbio, ele irá checar se a diferença entre o valor previsto no POA e o valor cotado são significativamente divergentes. **Caso a diferença ultrapasse a margem dos 15%, o Funbio deverá solicitar uma justificativa específica para o solicitante, que terá o prazo de 10 dias úteis para encaminhá-la à UCP, junto com o preço real cotado pelo Funbio e o aval do ponto focal de seu órgão gestor para compra ou contratação a partir no valor cotado.***

*Para **diferenças abaixo de 15%**, o Funbio poderá solicitar à unidade que indique de qual insumo previsto no POA este valor será descontado.*

64. **Agora leia-se:**

*Em todos os fluxos descritos acima, durante o processo de avaliação do Funbio, ele irá checar se a diferença entre o valor previsto no POA e o valor cotado são significativamente divergentes. **Caso a diferença seja igual ou superior a R\$ 10 mil, e corresponda a 15% ou***

*mais do valor previsto no POA, o Funbio deverá solicitar uma justificativa específica para o solicitante, que terá o prazo de 10 dias úteis para encaminhá-la à UCP, junto com o preço real cotado pelo Funbio e o aval do ponto focal de seu órgão gestor para compra ou contratação a partir no valor cotado.*

*Para diferenças abaixo de 15%; ou menores que R\$ 10 mil, e desde que o valor final não exceda em 2 vezes ou mais o valor previsto no POA; o Funbio poderá solicitar à unidade que indique de qual insumo previsto no POA este valor será descontado.*

**65. A mesma possibilidade está prevista no Manual Operacional do Programa Arpa - Fase III, em sua página 29, onde lê-se:**

*Nos casos em que o valor final supere até 15% do valor originalmente planejado, considera-se a variação marginal e o GF deverá proceder com a solicitação sem onerar os limites e tetos da UC solicitante.*

**66. Agora leia-se:**

*Nos casos em que o valor final exceda em até 15% o valor originalmente planejado; ou até R\$ 10 mil, e desde que o valor final não exceda em 2 vezes ou mais o valor previsto no POA, considera-se a variação marginal e o GF deverá proceder com a solicitação sem onerar os limites e tetos da UC solicitante.*

*Caso a diferença seja igual ou superior a R\$ 10 mil, e corresponda a 15% ou mais do valor previsto no POA, o Funbio deverá solicitar uma justificativa específica para o solicitante, que terá o prazo de 10 dias úteis para encaminhá-la à UCP, junto com o preço real cotado pelo Funbio e o aval do ponto focal de seu órgão gestor para compra ou contratação a partir no valor cotado.*

67. A Sra. Katia Ribeiro apresentou os protocolos de monitoramento da biodiversidade sendo implementado nas UCs apoiadas pelo Arpa e em algumas UCs federais em outros biomas. **O CP solicitou o envio de informações detalhadas sobre o Protocolo proposto.**

68. O Sr. Sergio Carvalho destacou que o Comitê do Programa deverá deliberar até o final de 2015, baseado no parecer do Painel Científico de Aconselhamento, sobre quais protocolos serão oficialmente adotados pelo Programa Arpa para apoiar, prioritariamente as UCs em grau II na Fase III.

69. O Sr. Thiago Barros apresentou as propostas de adesão de novas UCs no Programa Arpa, das quais **9 foram recomendadas pelo PCA: Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, Reserva Extrativista Tapajós–Arapuins, Estação Ecológica Alto Maués, Parque Nacional Mapinguari, Reserva Biológica do Abufari, Parque Nacional da Amazonia, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Estação Ecológica Samuel e Parque Estadual Serra dos Reis.**

70. **O Comitê do Programa aprovou por unanimidade a adesão das 9 UCs.**



71. A Sra. Neide defendeu a inclusão do Parque Nacional Pacaás Novos no Programa Arpa. O ICMBio, contudo, não enviou qualquer proposta de adesão desta UC ao Programa Arpa. A Sra. Neide também defendeu a inclusão da Reserva Extrativista do Pacaás Novos no Programa Arpa, cuja proposta está ainda em fase de avaliação.

72. Outras 9 UCs serão objeto de análise mais aprofundada por parte do Grupo de Trabalho formado pelo MMA e pelo WWF-Brasil. São elas: RESEX Marinha Cuinarana (PA), RESEX Marinha Mestre Lucindo (PA), RESEX Marinha Mocapajuba (PA), ESEC Jutai Solimões (AM), RDS Alcobaça (PA), RDS Pucuruí Ararã (PA), RDS Matupiri (AM), RDS do Tupé (AM), RESEX do Rio Pacaas Novos (RO).

73. Finalmente, o CP deliberou pela não adesão de 5 UCs não recomendadas pelo Grupo de Trabalho. São elas: RESEX Ciriaco (MA), PE Monte Alegre (PA), PE Utinga (PA), PE Sumaúma (AM), RDS Canumã (AM).

74. O Sr. Juan Rueda lembrou a realização do Terceiro Chamado da Floresta da Reserva Extrativista Tapajós–Arapuins entre 27 e 29 de outubro de 2015. Destacou que ele entende ser necessário que a UCP e as organizações da sociedade civil representadas no Comitê de Programa façam uma articulação para participarem e apoiarem o evento.

### **Deliberações e encaminhamentos**

- a) Enviar material de referência para a reunião com antecedência;
- b) Disponibilizar de informações mais detalhadas sobre o status das UCs do Programa;
- c) Facilitar aos membros do CP o acesso à informações relativas à execução financeira dos POAs das UCs;
- d) Solicitar a Sra. M<sup>a</sup> Aparecida Lopes o envio de informações sobre o monitoramento de dificuldades de execução dos POAs;
- e) Solicitar aos governos estaduais a assinatura de carta de compromisso em relação ao Programa Arpa;
- f) Solicitar aos pontos focais do Programa que dialoguem de forma mais regular e consistente com as organizações da sociedade civil;
- g) Encaminhar moção de apoio ao MMA solicitando aumento urgente da equipe técnica da UCP;
- h) Solicitar a UCP que analise proposta da CNS sobre a gestão de UCs;
- i) Organizar a participação dos parceiros da sociedade civil no ciclo de planejamento dos POs das UCs e na decorrente execução dos POs;
- j) Contratar estudo independente sobre a efetividade de gestão das UCs apoiadas pelo Programa, com participação da sociedade civil;
- k) Enviar relatório detalhado a respeito da contratação e execução de Planos de Manejo e Obras de Infraestrutura;
- l) Publicar chamamento para a seleção de três novos membros para o Painel Científico de Aconselhamento (PCA) para o preenchimento das vagas temáticas de Mudanças Climáticas, Socioambiental e Efetividade de Gestão;
- m) Solicitar aos membros do CP o envio de alternativas para minimizar os impactos da entrada em vigor da legislação eSocial sobre a execução do Programa Arpa;

- n) Aprovar a elevação do teto do Subcomponente 4.1 (Coordenação do Programa) em R\$ 330.050 para (i) cobrir os custos do encontro de gestores no Congresso Brasileiro de UCs (CBUC) e (ii) contratar consultoria para mapeamento de processos, identificação de pontos críticos e proposição de alternativas de melhorias na execução, planejamento e monitoramento do Programa;
- o) Aprovar a alteração dos MOPs Fase II e Fase III de modo a incorporar a chamada regra dos 15%, que flexibiliza a aprovação de contratações com pequena variação de preço quanto ao previsto inicialmente no POA;
- p) Enviar informações detalhadas sobre a proposta de Protocolo de Monitoramento da Biodiversidade;
- q) Confirmar a adesão de 09 UCs ao Programa Arpa, seguindo recomendação elaborada pelo PCA e Grupo de Trabalho (DAP/SBF e WWF-Brasil): Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, Reserva Extrativista Tapajós–Arapuiuns, Estação Ecológica Alto Maués, Parque Nacional Mapinguari, Reserva Biológica do Abufari, Parque Nacional da Amazonia, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Estação Ecológica Samuel e Parque Estadual Serra dos Reis;
- r) Autorizar o aprofundamento da análise por parte do Grupo de Trabalho (DAP/SBF e WWF-Brasil) quanto a adesão de 09 UCs: RESEX Marinha Cuinarana (PA), RESEX Marinha Mestre Lucindo (PA), RESEX Marinha Mocapajuba (PA), ESEC Jutai Solimões (AM), RDS Alcobaça (PA), RDS Pucuruí Ararã (PA), RDS Matupiri (AM), RDS do Tupé (AM), RESEX do Rio Pacaas Novos (RO);
- s) Confirmar a não adesão de 5 UCs não recomendadas pelo Grupo de Trabalho. São elas: RESEX Ciriaco (MA), PE Monte Alegre (PA), PE Utinga (PA), PE Sumaúma (AM), RDS Canumã (AM);
- t) Pautar discussão sobre conflito de interesses de Conselheiros do Arpa;
- u) Definir estratégia para a formalização de parcerias locais, bem como a sistematização e análise das sinergias com o Programa Arpa;
- v) Articular a participação e o apoio da UCP e das organizações da sociedade civil representadas no Comitê de Programa no Terceiro Chamado da Floresta da Reserva Extrativista Tapajós–Arapuiuns entre 27 e 29 de outubro de 2015.

75. O CP aprovou esta ata, concluindo a reunião.

Brasília, 20 de maio de 2015.

Membros do Comitê do Programa:

---

Sergio Carvalho

DAP/SBF/MMA

---

Eliani Fachim

ABEMA- MT

---

Fabiano Lopez  
FVA

---

Antonio Sena  
ICMBio

---

M<sup>a</sup> Jasylene Abreu  
WWF-Brasil

---

Marialva Araújo  
ABEMA- RR

---

Juan Carlos Rueda  
CNS

---

M<sup>a</sup> Aparecida Lopes  
SOS Amazônia

---

Ivaneide Cardozo  
GTA

---

Rosa Lemos  
Funbio

**Anexo 1** – Lista de presença

**Anexo 2** – Apresentação disponibilizada na reunião.